



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE AGOSTO DE 2020

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se, por videoconferência, em reunião ordinária, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, sob a presidência do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFPR, Paulo Yamamoto, com a presença dos seguintes dirigentes: Adriano Silva, Adilson Muzi (substituto de Amarildo Magalhães), Ana Claudia Radis, Anderson Coldebella, Aparecida Gaion, Carlos Dalla Nora, Carlos Rosário, Carlos Zanatta, Celso Luiz Buiar, Ciro Bachtold), Fabiana Silva (substituta de Eliane Mesquita), João Claudio Madureira, Joaquim de Lima, José Barbosa Junior, Kleber Michalichem, Leocádia Silva, Livia Facuri, Luiz Carlos Eckstein, Marcelo Estevam, Márcio dos Santos, Marcelo Poleti, Márcio dos Santos, Marcos Paulo Rosa, Mateus Gomes, Nelson de Castro Neto, Onivaldo Junior, Patricia Bortolini, Paulo Fortes Junior, Pierre Alves, Rafael Poltronieri, Ricardo Souza, Roberto Bianchi, Rodolfo Fiorucci, Vicente Sandeski e Thiago Nascimento. Justificaram ausência: Odacir Zanatta, Amarildo Magalhães e Eliane Mesquita. Ausências não justificadas: Marcos Barbosa. Como convidados participaram: Ana Paula Thon, Antonio Vissotto, Caio Humberto Marena, Cleber Serafim, Elvira Alessandra Mariquito, Nara Flórido, Paulo Medeiros e Vera Azambuja. A reunião foi secretariada por Danniell Antonietto Chagas e Simone Block Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados. O presidente em exercício iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos. No Expediente, item 1, o presidente colocou a ata da reunião extraordinária de 15 de julho de 2020 em apreciação, sendo aprovada por unanimidade. Nos Informes Gerais, item 2, foram informadas as ausências justificadas. Nos Informes das Pró-Reitorias, item 3, alínea a, “Chamada para publicação de Livro Didático”, o Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPR, Marcelo Estevam, comentou que foi feita reunião com o Conselho Editorial do IFPR, onde foram aprovadas 5 obras da primeira chamada da Editora e deliberadas mais 3 chamadas. Fez um breve comentário sobre cada chamada deliberada e ressaltou um sonho antigo do IFPR em produzir seu próprio material didático, informando que esta chamada será publicada nos próximos dias. A respeito da alínea b, “Elaboração de Instrução Normativa sobre instalações animais no IFPR”, comentou que o IFPR tem diversos cursos que envolvem animais, que a IN traz com clareza o papel dos Campi, da CEUA/IFPR e do pesquisador, bem como o fluxo necessário para que o Campus possa criar sua instalação animal. Falou sobre alguns biotérios já existentes no IFPR, como no Campus Palmas, Foz do Iguaçu e Londrina, e mencionou a necessidade de parcerias/contratações de médicos veterinários para a questão da Responsabilidade Técnica (RT). Por fim, comentou que a IN possui um fluxograma muito prático e ideal desde a instalação/funcionamento, até a extinção da instalação animal, se for o caso. João Madureira comentou sobre o interesse do Campus Campo Largo, porém preocupou-se com a questão da RT. Questionou sobre a questão de produção dos livros didáticos, tendo em vista a existência do PNLD, para não configurar duplicidade de despesas. Ricardo Souza falou sobre a preocupação em como manter os animais diariamente, bem como sobre a falta de mão de obra e o cadastro perante os conselhos fiscalizadores. Anderson Coldebella também falou sobre a preocupação em alimentar os animais diariamente e sobre a necessidade de contratação de um Médico Veterinário, sugerindo constar no edital/contrato a questão da RT. Marcelo Estevam esclareceu que, a respeito da Chamada para produção do Livro Didático, esta ainda não foi publicada, bem como que será feito um estudo para dar início à sua estruturação, principalmente sobre a questão de orçamento. Esclareceu também que a CEUA é uma

instância que auxiliará nos avanços em relação aos biotérios, aos Conselhos e às RTs. Fabiana Silva esclareceu que as novas contratações de servidores estão vedadas no momento. Na alínea c, “Programa Novos Caminhos”, o Diretor Executivo do IFPR, Nelson de Castro Neto, fez uma apresentação sobre o tema. Informou que foi recebido um Ofício da SEED em 21 de julho, que definiu pela não formalização de convênio com o IFPR, nos seguintes termos: “Não se trata de objeto de convênio, mas de contratação de uma instituição de ensino para ofertar a educação profissional...”, finalizando com “a sugestão do corpo técnico jurídico e a realização de uma licitação para a utilização de recursos”. Mencionou que estão em contato com a SETEC para realização da formalização/tratativas para o ano que vem. Na alínea d, “Auxílio Digital”, falou sobre o processo de contratação do Auxílio Digital, sob número 23411.007277/2020-89, apresentando um breve histórico do processo, onde houve a construção e a conclusão técnica do Termo de Dispensa. Apresentou um resumo da contratação, com os seguintes pontos: 6 meses de contratação; estimativa de R\$ 597.960,00; atendimento a 8.900 alunos com pacotes de dados de internet com aproximadamente 800mb de dados; 4 operadoras para o atendimento no Estado dos Campi e polos EaD, e contratação e operação até a segunda quinzena de agosto. Apresentou também um quadro com a situação atual e últimos encaminhamentos do processo. Informou que, em paralelo a esta contratação, há também um processo de contratação com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, ainda em fase de construção, mas que a princípio o edital contemplará apenas os alunos em vulnerabilidade. Mencionou que no dia 21 de julho foi recebida a sinalização da Ted para o atendimento do auxílio digital, bem como que a reunião para formatação da proposta ocorreu em 29 de julho. Apresentou a referida proposta, para atendimento imediato aos alunos, com os seguintes itens: Plano de Trabalho da Ted; questionário da Proens; Programa Progridi e Edital e Termo de Empréstimo (doação da Receita Federal). Roberto Bianchi questionou como será feito o levantamento dos alunos que tem direito aos equipamentos e como será a distribuição para os Campi. Vera Azambuja questionou se o empréstimo do equipamento vinculará o aluno às APNPs. Nelson Neto respondeu que estão verificando a melhor forma para distribuição dos equipamentos, e que o questionário irá auxiliar nessa questão. Em resposta à Vera, informou que a questão está em discussão, e que possivelmente acatarão a sugestão. Nas alíneas e, f e g, “Escritório de Processos”, “Grupo de Avaliadores INEP”, e “Funtef- credenciamento e Fundação própria”, Paulo Yamamoto fez uma apresentação, onde informou os seguintes dados: 53 docentes cadastrados no INEP; 20 campi ofertando cursos superiores, e; 71 cursos superiores ofertados. Comentou que o objetivo do Grupo de Trabalho é capacitar os coordenadores de cursos, ofertar simulação de avaliação e executar ações para melhoria do conceito. Informou que será uma ação conjunta entre Proens, Proplan, Progepe e os Campi. Apresentou gráfico com as notas/conceitos dos cursos reconhecidos. A respeito do Escritório de Processos, mencionou a criação do Grupo de Trabalho na Proplan, com 3 servidores técnicos administrativos, 2 docentes como consultores e 2 técnicos administrativos doutorandos em Gestão do Conhecimento. Solicitou novos interessados para contribuição, para posterior aprovação e emissão de portaria. Em relação à Fundação de Apoio, apresentou as seguintes informações: renovação da FUNTEF/PR, com autorização atual vigente até 30/09/2020; aprovação do pedido de renovação pelo CONSUP/IFPR, Resolução nº 27, de 30 de julho de 2020, e; próximas etapas: aprovação da UTFPR e autorização do MEC/MCTIC. Falou sobre a necessidade e a possibilidade de construção de uma Fundação própria do IFPR. Ana Radis falou sobre a preocupação dos conceitos dos cursos e sobre a necessidade de contratações de profissionais efetivos. Paulo Medeiros comentou sobre a alocação da CPA junto à Assessoria de Relações com a Comunidade, e sobre a suspensão pelo MEC das avaliações e visitas, sem prazo previsto para retorno. Comentou sobre a reestruturação da CPA, seu respectivo regimento e sobre as CPAs locais. Em resposta à Ana Radis, Paulo Yamamoto informou que as contratações efetivas estão suspensas no momento, mas que as prorrogações dos contratos de professores substitutos estão sendo efetivadas. Fabiana Silva corroborou as informações de Paulo Yamamoto e informou que no momento não há código de vaga para contratação de Médico Veterinário. José Barbosa comentou que outros institutos estão contratando e com vagas abertas para professores substitutos, solicitando análise sobre a questão. João Madureira falou sobre a preocupação com a renovação dos contratos de professores substitutos, visto que alguns processos encontram-se ociosos na Progepe. Solicitou melhores explicações sobre o Escritório de Processos. Em resposta a José Barbosa, Paulo Yamamoto respondeu que alguns institutos possuem limite orçamentário para autorizar a abertura de novas contratações, mas que o IFPR não

possui. Informou que estará em contato com as outras instituições para melhores informações. Em resposta à João Madureira, esclareceu que o Escritório de Processos foi aprovado perante os Conselhos, e que uma de suas atribuições é aperfeiçoar e otimizar a questão do mapeamento de processos no IFPR. Na alínea h, “Processos de Compra TI”, Onivaldo Junior comentou sobre o andamento dos processos de compra de TI, informando que o de compra de computadores já está em fase final. Na alínea i, “Novo Sistema Acadêmico”, comentou sobre o início de seu desenvolvimento e o levantamento de suas necessidades, com previsão de finalização de seu projeto para o mês de novembro deste ano. Solicitou a participação e a colaboração de todos. Na alínea j, “Migração dos sistemas para Nuvem”, falou sobre a importância e os benefícios da migração, comentou que o trabalho foi prejudicado devido à pandemia, e que levou mais tempo do que o esperado. Falou que o processo já foi iniciado, e que até o momento 12 sistemas já foram migrados. Nos “Temas propostos pelo Diretores”, item 4, alínea a, “Realização de Avaliação Institucional pela CPA”, Ciro Bachtold falou sobre a preocupação dos cursos que serão avaliados, comentou que o item compõe o índice de avaliação dos cursos, bem como que alguns alunos ainda não tiveram a oportunidade de avaliar, para que possam se manifestar sobre todo o funcionamento do Campus. Nelson Neto comentou que foi feita uma conversa com o Professor Gilson a respeito da aplicação das avaliações nos Campi, bem como que devido à pandemia os cronogramas da CPA sofreram atrasos, porém estão sendo feitos estudos para aplicação da avaliação online. Ressaltou que a CPA está passando por uma reestruturação, e que assim que tiverem uma definição, todos serão informados. Na alínea b, “Orientações sobre recebimento de denúncias, fatos e acusações contra servidores técnicos e docentes – quais os procedimentos e encaminhamentos?”, Roberto Bianchi comentou que propôs o item devido à necessidade de esclarecimentos, tendo em vista as diferenças com o regime disciplinar discente. Questionou quais os procedimentos nos casos de denúncias/infrações cometidas por servidores. Fabiana Silva informou que toda a documentação contra servidores deve ser juntada e encaminhada à Comissão de Ética. Comentou que existem vários tipos de denúncias e estas chegam por diversos canais, como ouvidoria, Progepe, entre outros, mas que em casos de dúvidas específicas a documentação pode ser encaminhada à Progepe, que estará orientando sobre os possíveis procedimentos. Comentou que, em casos de faltas e denúncias de ausência, a DIAP tem encaminhado orientações de como proceder da melhor forma. Os dirigentes fizeram questionamentos a respeito das faltas injustificadas etc. nos trabalhos não presenciais. Fabiana informou que o Governo Federal estabelece a responsabilidade para a chefia imediata, sendo que, se o servidor não produzir a meta estipulada, poderá sofrer as penalidades cabíveis, como por exemplo o desconto em folha. Roberto Bianchi questionou sobre a possibilidade de capacitação dos GT Pessoas e servidores sobre a questão. Fabiana esclareceu que é possível desde que haja demanda e interessados, e comentou sobre os enquadramentos e processos de desconto em folha devido às faltas injustificadas sem reposição. Na alínea c, “Critérios para a realização de Estágio Não Obrigatório”, Ciro Bachtold comentou que há um grupo de estudantes cuja família se encontra em situação de vulnerabilidade, e que sofrem cobranças para a busca de emprego. Comentou que pela formação técnica dos estudantes do IFPR, as oportunidades de estágio ficam mais restritas. Sugeriu uma formação mais ampla aos estudantes, no sentido de ajudá-los a adquirir novas experiências e inseri-los no mundo do trabalho. João Madureira comentou sobre o Regulamento Geral de Estágios no IFPR e sobre o atendimento e a importância da Lei de Estágios. Adilson Muzi comentou que, em conversa com o servidor responsável pelos estágios no IFPR, foi informado sobre as tratativas do IFPR juntamente com o Ministério do Trabalho a respeito das relações de estágio, ressaltou o regulamento da Lei de Estágios, e comentou que a questão está em construção no IFPR. Ressaltou, ainda, que a SAE/Proens está disponível para sugestões e orientações. Na alínea d, “Nova versão do Regimento Disciplinar Discente – Resolução 01/2012”, Roberto Bianchi comentou sobre a necessidade de revisão do documento, devido ao tempo de sua vigência e a alguns acontecimentos vivenciados. Adilson Muzi comentou sobre a necessidade de revisão de várias normativas e sobre a importância da participação dos Campi. Ressaltou que, no momento, a equipe da Proens está debruçada na revisão dessas normativas, e que levará a demanda à equipe responsável pela revisão do Regimento Disciplinar Discente, para verificar a situação em que se encontra. Após algumas considerações, o presidente encerrou a reunião deste dia às 12h50. No dia 05 de agosto, a reunião iniciou-se às quatorze horas. Na Ordem do dia, item 1, “Execução do Plano de Gestão 2020”, a Diretora de Planejamento e Controle Orçamentário, Elvira Alessandra Mariquito, fez uma apresentação a respeito do

tema. Sobre a LOA 2020, apresentou os seguintes itens: prorrogação do prazo para empenho dos recursos da LOA até 07/08 (sexta-feira); envio de demandas para atendimento com recursos do recolhimento preferencialmente até 10/08, via processo de acompanhamento; alterações orçamentárias da 2ª janela publicadas no DOU de hoje, no aguardo do crédito pela SOF. Apresentou quadro quantitativo com o saldo disponível entre as unidades do IFPR e o total da instituição. Em relação às TEDs da Covid 19, apresentou as seguintes informações: que as MPs foram promulgadas e as leis foram publicadas hoje no DOU; que os prazos de execução foram ampliados; que os recursos que não foram empenhados serão recolhidos para repasse às demais unidades, e; que será feito levantamento da necessidade de aquisição do objeto. Apresentou quadro quantitativo com o saldo disponível de cada unidade do IFPR. A respeito da folha de pessoal, informou que ainda não há resposta quanto aos questionamentos enviados à SPO/MEC sobre a contratação de Professores Substitutos. Pontuou sobre a impossibilidade de apresentar disponibilidade orçamentária para novas contratações/editais no momento. Por fim, apresentou uma projeção da folha de pessoal no ano 2020. Celso Buiar solicitou a prorrogação do prazo estipulado para o dia 07, em virtude da paralisação de sistemas que ocorrerá nos próximos dias. José Barbosa também solicitou a prorrogação do prazo, bem como informou que outros Institutos estão com concursos e contratações em aberto. Assim, considerando que o IFPR abriu concurso em 2019, questionou se a previsão orçamentária para o ano de 2020 deveria estar prevendo os valores contando com essas vagas. Ana Radis questionou se essas inclusões podem ser previstas para 2021. Sugeriu a movimentação de servidores para contribuição entre os Campi, caso não seja possível a contratação. Onivaldo Junior falou sobre a paralisação dos sistemas para migração para a nuvem. Informou que se trata de um banco de arquivos muito grande, que necessitam de uns 4 dias para conclusão, e que a data pode ser prorrogada. Após algumas discussões e considerações entre os dirigentes a respeito da prorrogação da paralisação dos sistemas, Luiz Carlos Eckstein sugeriu prorrogar o prazo de execução da LOA, ao invés de prorrogar os trabalhos da DTIC. Onivaldo Junior comentou sobre a necessidade de contato com a Claro S.A e com as unidades do IFPR, para a referida prorrogação. Deste modo, o presidente colocou em apreciação duas propostas: manter a programação da DTIC e prorrogar o prazo para recolhimento dos recursos da LOA do dia 07 para o dia 14 de agosto, ou prorrogar a paralisação/migração dos sistemas para a próxima semana. O presidente colocou as propostas em votação, sendo a primeira aprovada por maioria absoluta. Em relação ao questionamento de José Barbosa, Paulo Yamamoto informou que os outros Institutos possuíam previsão orçamentária para as referidas contratações. Em resposta à Ana Radis, informou que para 2021, já foi feita a previsão orçamentária da folha de pessoal. Alessandra Mariquito apresentou um Ofício do Ministério da Economia, recebido no início do ano, com orientações para estimativas do ano seguinte. Fabiana Silva comentou sobre as limitações das projeções da folha de pessoal. No item 2, "Orçamento 2021", Alessandra Mariquito apresentou um quadro quantitativo com as Estimativas de Receitas – PLOA 2021, bem como um quadro comparativo com as matrículas realizadas em 2020 e 2021 nas unidades do IFPR. Em relação à Matriz Orçamentária, apresentou as seguintes informações: que os valores ainda estão em discussão no MEC; que haverá nova reunião em 06/08; que se o valor do orçamento para 2021 for igual a 2020, não será rodada a Matriz, e que, neste caso, os valores serão distribuídos por instituição, ficando a cargo da instituição a divisão interna. Com base nessas informações, apresentou as seguintes propostas de divisão: 1) opção pela manutenção dos valores de 2020, proporcionalmente dividido entre as unidades; 2) opção pela utilização dos valores da Matriz 2021 homologada pelo Conif, proporcionalmente dividido entre as unidades, e; 3) divisão optando pela utilização dos valores da Matriz 2021 homologada pelo Conif, aplicando compensação para que nenhum Campi receba valores menores do que em 2020. Após discussões e considerações entre os dirigentes, ficou decidido por unanimidade que as propostas serão apreciadas em reunião extraordinária deste colegiado, para detalhamento do orçamento de cada Campi. A respeito das Despesas Centralizadas, Alessandra apresentou uma definição sobre o tema, nos seguintes termos: "As Despesas Centralizadas englobam o grupo de despesas que visam atender toda a instituição, e que têm sua gestão administrativa e execução orçamentária centralizada na Reitoria. Dentre estas despesas podemos citar as principais: eventos institucionais como Se²pin e Jogos, capacitação de servidores, serviços de entrega de malote, folha de pessoal e saúde do servidor, Fundo de Desenvolvimento Institucional, reajustes de obras, entre outros". Apresentou planilha quantitativa com algumas despesas e suas respectivas unidades solicitantes, com um

valor médio previsto para 2021 e com a proposta de retenção de 13% para os Campi Pré-Expansão e de 6,5% para os Campi Avançados. Após discussões e considerações entre os dirigentes, foi decidido por unanimidade que a proposta será deliberada em reunião extraordinária deste colegiado. O presidente consultou o Pró-Reitor de Ensino, Amarildo Magalhães, sobre a possibilidade de adiamento dos itens 4 e 5 da pauta da Ordem do Dia, tendo resposta positiva por parte do dirigente. Deste modo, foi decidido que os itens 4 e 5 serão apreciados em uma próxima reunião deste colegiado. No item 3, "Regularidade documental das Unidades", Paulo Yamamoto comentou que foi criado um Grupo de Trabalho para regularizar a questão documental dos Campi. Fez uma apresentação com os objetivos da regularização, quais sejam: obter alvará de funcionamento; obter vistoria do corpo de bombeiros; averbar os imóveis recebidos em doação; averbar as construções implantadas; atualizar o valor patrimonial; manter atualizado o sistema SPIUNet, e; priorizar as ações necessárias para regularização. A Diretora Substituta da Diretoria de Infraestrutura, Nara Flório, apresentou os objetivos da regulação, como os alvarás de funcionamento e a regularização das edificações. Em relação aos processos de alvarás de funcionamento, apresentou as seguintes informações: abertura e instrução de 27 processos "Emissão de Alvará" (01 por campi + Reitoria + EaD); envio dos processos aos campi na última semana de outubro/2019 (exceto Campus Curitiba e EaD), com solicitação de consultas às prefeituras e inclusão de documentação que estivesse na unidade; abertura e instrução do Processo Modelo para contratação de treinamento de Brigada de Incêndio (incluindo termo de referência), e; comunicação aos DPAs em 21/11/2019 sobre a disponibilização do Processo Modelo. Apresentou um quadro com os processos abertos em cada unidade do IFPR e as informações disponibilizadas pelos Campi sobre a existência de Brigada de Incêndio conforme a NR, onde foi constatado que 70% das unidades ainda não possuem curso conforme NR e apenas 30% estão regulares. Apresentou a situação atual a respeito dos alvarás, onde foi constatado que dos 24 processos enviados, até o dia 04/08 (terça-feira), 14 não tiveram movimentação. Informou os 06 Campi com alvarás de funcionamento emitidos: Assis Chateaubriand, Barracão, Cascavel, Irati, Jacarezinho e União da Vitória. Em relação à regularização das edificações, apresentou as seguintes atividades realizadas: elaboração de planilha com informações dos campi (relação de obras, Habite-se, CND, etc.); criação do tipo de processo "Averbação de imóvel" no SEI; Criação do documento orientativo "Obras: da concepção à regularização" (anexo aos processos de alvará de funcionamento), e; contato com as construtoras para obtenção/atualização de CND. Apresentou também as necessidades em relação à regularização, sendo elas: a definição de responsabilidades dos DPAs, pois consta no Manual de Competências do IFPR a seguinte atribuição: "Promover, junto com a Direção-Geral, a regularização dos bens imóveis do Campus"; a definição dos procedimentos para obtenção/atualização de CND junto às construtoras; o auxílio da Procuradoria do IFPR quanto aos casos das construtoras que não atendem às solicitações das CNDs (em especial Cassol, DM, KS Construtora e Diferencial Engenharia); a capacitação para a regularização de obras muito antigas junto à Receita Federal; o comprometimento das unidades para procedimentos junto aos órgãos responsáveis (cartórios e prefeituras), considerando o prazo de validade das CNDs, e; a contribuição dos gestores e fiscais na cobrança do Habite-se e CND ao final das obras. Por fim, sobre a situação atual junto ao Cartório de Registro de Imóveis (Obras Novas), informou que apenas 9% estão concluídas e averbadas. O Diretor de Relações Institucionais, Caio Humberto Marenda, fez uma apresentação sobre a regularidade dos imóveis do IFPR. Fez as seguintes considerações a respeito da normatização e criação dos fluxos referentes ao tema: criação de grupo multidisciplinar por processo; atuação da DI, DEX, PROAD, PROPLAN e Campi; mapeamento do processo desde o recebimento do imóvel à obtenção das licenças específicas, e; registro do imóvel no cartório. Em relação ao mapeamento do processo, apresentou um fluxograma cujos principais pontos são: a) recebimento do imóvel por doação, com mapeamento dos fluxos de doação da SPU/Prefeitura; inclusão de necessidade de avaliação por uma comissão técnica previamente ao recebimento do imóvel; prazo de 90 dias para averbação após finalizada a escritura; no caso de prefeituras, a exigência de contrapartidas como terreno de 60 mil m², percentual máximo de inclinação ou terraplanagem, acesso a energia, água e esgoto, etc. (para campus novos); e b) obtenção das licenças necessárias ao funcionamento do imóvel (em construção), com a necessidade de averbação das benfeitorias do imóvel; criação de brigada de incêndio para obtenção da vistoria do Corpo de Bombeiros; obtenção do alvará de funcionamento; licença ambiental ou sua dispensa; licença sanitária de saúde, entre outras. Carlos Zanatta propôs a formalização do Grupo de Trabalho para regularização dos

imóveis do IFPR. Apresentou uma proposta de curso de Gestão Patrimonial e seu respectivo conteúdo programático, com início para o dia 10, solicitando a participação de todos. João Madureira comentou sobre a deficiência de pessoal para elaboração de projetos. Anderson Coldebella também falou sobre a dependência da elaboração de projetos em seu Campus. Nara Flório esclareceu que as normas alteram com muita frequência, e que isso atrapalha a regularização. Paulo Yamamoto falou sobre a carência de engenheiros e arquitetos em comparação a outros institutos, e propôs a inclusão de representantes dos Campi no Grupo de Trabalho para mapeamento dos processos de regularização documental das unidades do IFPR. A proposta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. No item 6, “Chamada Complementar do Processo Seletivo 2019/2020”, Amarildo Magalhães apresentou as possibilidades da 7ª Chamada Complementar, em duas propostas, sendo a primeira para aguardar a retomada do calendário acadêmico, e a segunda, para efetuar as matrículas, acolher os estudantes e inseri-los nas APNPs, com matrículas remotas a partir de 28 de agosto. Informou que, no caso da segunda proposta, os procedimentos serão a retificação dos editais quanto aos prazos e procedimentos de matrícula, e esta será via e-mail da secretaria acadêmica, sem contato físico entre estudantes e servidores. Assim, ocorrerá o envio de e-mail padrão aos candidatos(as), busca ativa dos mesmos(as), e matrícula via e-mail da secretaria. Mencionou que não serão exigidos todos os documentos obrigatórios neste momento, apenas RG, CPF e comprovante de escolaridade. Para os candidatos aprovados em cotas, informou que no momento serão aceitas autodeclarações. Ainda, mencionou que quando houver condições sanitárias para atividades presenciais os(as) candidatos(as) serão convocados(as) para entrega de documentos originais e bancas de cotas sociais (30 dias após). Apresentou um panorama com a relação de candidatos por Campus. Informou que as demais chamadas ficarão para as próximas reuniões. João Madureira sugeriu cancelar as outras chamadas, em virtude da situação em que vivemos. Comentou que são poucos alunos para mobilizar toda uma estrutura para atendê-los. Roberto Bianchi falou sobre a angústia dos pais em relação à garantia dos alunos em continuar no IFPR. Após algumas considerações, o presidente colocou as duas propostas em votação, sendo a primeira delas aprovada por maioria absoluta, com abstenção dos dirigentes Paulo Oliveira Fortes e Thiago Nascimento. Na “Comunicação dos Conselheiros, Roberto Bianchi comentou sobre as obras de acessibilidade no Campus Palmas, agradecendo todos os envolvidos. Informou que neste mês o Campus Palmas celebrará 10 anos do início das atividades no IFPR. Ana Radis falou sobre o andamento das atividades da Comissão de Revisão do Estatuto e Regimento Geral do IFPR. Marcelo Estevam comentou que postou no grupo do Codir o relatório do Siscope de hoje, mencionando o número de projetos. Marcos Paulo Rosa convidou os dirigentes para participação no evento InovaGoio, o qual o Campus Goioerê é gestor. Sem mais manifestações e esgotada a pauta, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 19h25, da qual eu, Simone Block Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será assinada pelo presidente e demais presentes.

Paulo Yamamoto

Adriano Silva

Adilson Muzi

Ana Claudia Radis

Anderson Coldebella

Aparecida Gaion

Carlos Dalla Nora

Carlos Rosário

Carlos Zanatta

Celso Luiz Buiar

Ciro Bachtold

Fabiana Silva

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | Reitoria

Rua Emílio Bertolini, 54, Cajuru - Curitiba - PR | CEP 82920-030 - Brasil

João Claudio Madureira

Joaquim de Lima

José Barbosa Junior

Kleber Michalichem

Leocádia Silva

Lívia Facuri

Luiz Carlos Eckstein

Marcelo Estevam

Márcio dos Santos

Marcelo Poleti

Márcio dos Santos

Marcos Paulo Rosa

Mateus Gomes

Nelson de Castro Neto

Onivaldo Junior

Patricia Bortolini

Paulo Fortes Junior

Pierre Alves

Rafael Poltronieri

Ricardo Souza

Roberto Bianchi

Rodolfo Fiorucci

Thiago Nascimento

Vicente Sandeski